

316/2013

Aprovado em reunião

de 18 OUT. 2013

DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DO ESTABELECIDO NO DECRETO - LEI Nº. 197/99, DE 8 DE JUNHO.

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores David Murta, Luis Salas e José Cruz, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser delegada no Presidente da Câmara Municipal, com possibilidade de subdelegação nos vereadores e dirigentes, dentro dos valores legalmente estabelecidos, as competências em matéria de realização de despesas públicas com a locação e aquisição de bens e serviços, bem como da contratação pública relativa à locação e aquisição de bens móveis e de serviços, estabelecidos no Decreto-Lei n.º 197/99, de 18 de junho, na atual redação, até ao montante de € 748 196,84 (setecentos e quarenta e oito mil cento e noventa e seis euros e oitenta e quatro cêntimos), documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

Pelos Srs. Vereadores David Murta e Luis Salas foi apresentada uma Declaração de Voto, que foi lida e ficará apensa à ata.

Pelo Sr. Vereador José Cruz foi dito que entende que a Lei dá competências à Câmara Municipal para delegar poderes no Sr. Presidente. Mas atendendo ao contexto de crise, não concorda que a totalidade das competências possa passar para o Sr. Presidente, pelo que não aprova integralmente a proposta, daí que votará contra.

O Sr. Presidente, em nome da bancada do Partido Social Democrata, também efetuou a seguinte declaração de voto:

“Os eleitos pelo Partido Socialista e pela Coligação Democrática Unitária votam contra a delegação de competências da Câmara Municipal no Presidente, alegando que há uma excessiva concentração de funções no Presidente e respetivos Vereadores. Assim, os vereadores do partido social democrata não compreendem como é que, relativamente ao ponto de definição dos vereadores em regime de tempo inteiro, tenham demonstrado interesse em atribuir competências e pelouros aos vereadores dos partidos da oposição para uma maior abrangência de funções pelos eleitos e tenha sido recusado, situação que lamentam.”



VILAREALSTºANTONIO

Proposta



N.º Propostas/2013/345

Aprovado em reunião
de 18 OUT. 2013

ASSUNTO:

Delegação de competências da Câmara Municipal no Presidente no âmbito do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho

CONSIDERANDO QUE:

- a) O Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Lei n.º 245/2003, de 7 de outubro, 1/2005, de 4 de janeiro, 43/2005, de 22 de fevereiro, 18/2008, de 29 de janeiro, 40/2011, de 22 de março e pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril, prevê o regime jurídico de realização de despesas públicas e da contratação pública;
- b) Apesar do referido diploma estar quase na sua totalidade revogado, ainda permanecem em vigor as disposições que regulam a competência dos órgãos das autarquias locais na autorização de despesas relativas com a locação e aquisição de bens ou serviços;
- c) O artigo 18.º estabelece o seguinte:
 - 1 - São competentes para autorizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços as seguintes entidades:
 - a) Até 30000 contos, os presidentes de câmara e os conselhos de administração dos serviços municipalizados;
 - b) Sem limite, as câmaras municipais, as juntas de freguesia, o conselho de administração das associações de autarquias locais e o órgão executivo de entidades equiparadas a autarquias locais.
 - 2 - As câmaras municipais e as juntas de freguesia podem autorizar a realização de obras ou reparações por administração direta até, respetivamente, 30000 contos e 10000 contos, podendo estes valores ser aumentados pelas respetivas assembleias deliberativas;
- d) Dispõe, por seu lado, o artigo 29.º n.º 2, o seguinte:

"As competências atribuídas pelo presente diploma às câmaras municipais, às juntas de freguesia e aos conselhos de administração dos serviços municipalizados podem ser delegadas nos seus presidentes até 150000 contos, 20000 contos e 50000 contos, respetivamente."
- e) A delegação de competências neste âmbito no presidente da câmara municipal é suscetível de imprimir celeridade à tomada de decisão, permitindo em conformidade a melhoria da prestação de serviços aos munícipes e à comunidade em geral;

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

Delegar no seu presidente, com possibilidade de subdelegação nos vereadores e dirigentes, dentro dos valores legalmente estabelecidos, as competências em matéria de realização de despesas públicas com a locação e aquisição de bens e serviços, bem como da contratação pública relativa à locação e aquisição de bens móveis e de serviços, estabelecidos no Decreto-Lei n.º 197/99, de 18 de junho, na atual redação, até ao montante de € 748 196,84 (setecentos e quarenta e oito mil cento e noventa e seis euros e oitenta e quatro cêntimos).



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

Vila Real de Santo António, 15 de Outubro de 2013

O Presidente da Câmara Municipal

Luis Filipe Soromenho Gomes